

4º EXERCICIO ESPECIALIDADE BIBLIOTECAS IDIOMA: PORTUGUÉS

Entrevista com Eloy Rodrigues: “Não Haverá Ciência Aberta, Se Não For Abandonado o Uso Excessivo e Errado das Métricas”

Elsa Costa e Silva

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

ECS: Considerando os custos associados à publicação, será possível que a ciência aberta venha a acentuar as já conhecidas desigualdades no acesso à produção de ciência, sendo apenas um movimento associado aos ditos “países desenvolvidos”, os únicos com meios para suportar essas novas estruturas?

ER: Esse é um risco muito real se o modelo de publicação em acesso aberto através do pagamento de taxas de publicação se tornar dominante, como pretendem os editores comerciais. As desigualdades, regionais, mas também institucionais e disciplinares já acima referidas, poderão acentuar-se e existem já alguns indícios que isso esteja já a ocorrer. No projeto *ON-MERRIT* (Observing and Negating Matthew Effects in Responsible Research & Innovation Transition; Observar e Negar o Efeito Matthew na Investigação Responsável & Transição da Inovação) em que participamos, investigou-se esse problema e foram produzidas recomendações: *ON-MERRIT Recommendations for Maximising Equity in Open and Responsible Research* (Recomendações *ON-MERRIT* Para Maximizar Equidade na Investigação Aberta e Responsável; Cole et al., 2022) para mitigar as desigualdades encontradas.

ECS: Qual o papel dos repositórios institucionais neste novo contexto? Estes poderão constituir verdadeiramente uma nova tendência nas instituições onde se produz ciência?

ER: Os repositórios e outras infraestruturas institucionais serão fundamentais para um novo modelo de comunicação científica. Não apenas como mais um local onde conteúdos publicados originalmente em outros locais são também disponibilizados, mas sobretudo como o ponto de partida para a comunicação científica.

Contrariamente ao que se passava quando as revistas eram publicadas em papel — o que implicava que as funções, essenciais para a comunicação científica, de registo, certificação, disseminação e arquivo fossem realizadas pela mesma entidade (a revista científica) —, no mundo digital essas quatro funções podem, com vantagem, estar distribuídas por diferentes atores e infraestruturas.

Os repositórios podem ser a base de uma infraestrutura distribuída e globalmente conectada para comunicação científica, assegurando as funções de registo e de arquivo, e facilitando a existência de serviços externos de valor acrescentado (como a revisão por pares, certificação, disseminação), que podem ser realizados por outras entidades e infraestruturas, como revistas ou plataformas de publicação.

Esta é uma visão inovadora da comunicação científica, que temos vindo a promover nomeadamente através da proposta de um modelo concetual Pubfair (Ross-Hellauer et al., 2019) e do projeto *Notify* (Confederation of Open Access Repositories, s.d.).

ECS: Um dos constrangimentos que podem ser apontados à ciência aberta diz respeito ao facto de a indexação dar referências evidentes da visibilidade e reputação das publicações. Haverá condições para que surjam novos modelos de validação da qualidade científica das publicações em contexto de ciência aberta?

ER: Não haverá ciência aberta se não for abandonado o uso excessivo e errado das métricas. E digo o mesmo relativamente à possibilidade de um bom sistema de avaliação dos investigadores e da investigação. As métricas, como o fator de impacto, deslocam a avaliação do conteúdo (intrínseco à publicação) para o contentor e as circunstâncias (extrínseco) e substituem a avaliação qualitativa humana, por uma avaliação quantitativa automática.

A utilização excessiva de métricas, e sobretudo de métricas indiretas como fator de impacto, tem vindo a ser fortemente criticada, desde há quase 1 década, sucedendo-se as declarações (como a San Francisco Declaration on Research Assessment, 2012, e o *Leiden Manifesto for Research Metrics* [Manifesto de Leiden Para Métricas de Investigação; Hicks et al., 2015], em 2015, ou, mais recentemente, a Declaração de Paris — Paris Call on Research Assessment, 2022). Parece hoje consensual que o atual modelo terá de ser substituído por outros que combinem avaliação qualitativa e quantitativa, e nesta última dimensão pelo uso limitado e responsável de métricas.

ECS: E das principais dificuldades que apontam à ideia da ciência aberta, quais lhe parecem mais difíceis de ultrapassar?

ER: Sinceramente penso que as principais dificuldades e obstáculos se encontram na inércia e dificuldade de coordenação e ação concertada por parte da comunidade científica e das suas instituições. A ciência aberta não exige mais recursos financeiros (é aliás bastante provável que, se for dirigida pela comunidade científica e não pelas entidades comerciais, ela permita poupanças no que diz respeito à publicação e disseminação dos resultados). Por outro lado, ela apresenta vantagens que se têm comprovado repetidamente não apenas nas situações de emergência, mas também na ciência de todos os dias, pelo que não existe oposição significativa à ideia de ciência aberta na comunidade científica.

Mas também é verdade que, apesar de ter já uma adesão muito significativa em alguns países, instituições e disciplinas científicas, bem como em jovens investigadores, a adoção espontânea das práticas de ciência aberta ainda é limitada, e os principais avanços registaram-se através de estímulos políticos “de cima para baixo”. O tradicional conservadorismo académico, a inércia, e sobretudo os sistemas de avaliação que reforçam os estímulos para usar as práticas tradicionais, contribuem para que os velhos hábitos demorem a morrer. As mudanças culturais são sempre difíceis e demoradas e no meio académico isso é particularmente evidente.

Finalmente, a adoção generalizada da ciência aberta, de uma forma controlada pela comunidade científica, e ao serviço dos interesses da ciência e da sociedade, implica uma mudança sistémica, que requer a ação coordenada e concertada da generalidade das instituições, desde as agências de financiamento até às universidades e outras organizações que realizam investigação. E esse alinhamento tem de ser realizado à escala global, envolvendo as principais instituições e os seus membros nas diferentes regiões, o que está longe de ser uma coisa trivial.

